

CANAL DO IMBUÍ Governos estadual e municipal discutem assunto no dia 4

Placas sobre o rio serão avaliadas em reunião

MEIRE OLIVEIRA E HIEROS VASCONCELOS

O Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá) admitiu, ontem pela manhã, que não pretendia ordenar o embargo das obras do canal do Imbuí e a demolição dos quiosques construídos sobre ele. Segundo o diretor-geral do Ingá, Júlio Rocha, os técnicos se atrapalharam e preencheram um formulário de advertência, quando deveriam ter preenchido um formulário de embargo.

Rocha explicou que a advertência foi emitida após a Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador (Sucop) não ter dado justificativa convincente, na última terça-feira, para as irregularidades encontradas por técnicos do Ingá em visita realizada no último dia três de fevereiro.

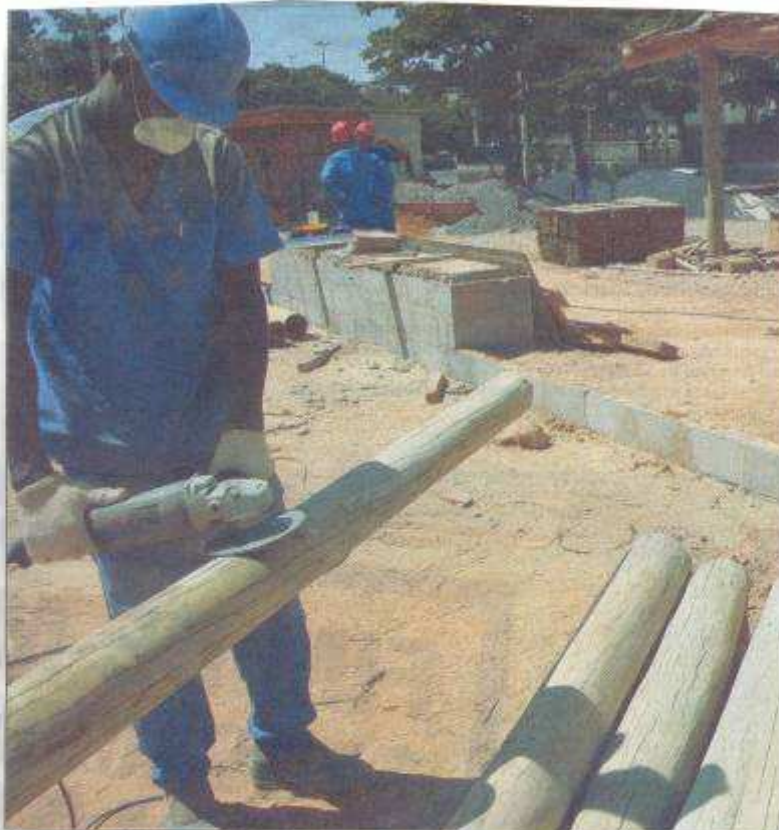
Na ocasião, o Ingá solicitou à Sucop que comprovasse o caráter removível do concreto utilizado na cobertura do rio, além de apontar quais trechos teriam placas transparentes e estruturas que permitissem a revitalização do rio Cascão ou rio das Pedras, como é chamado. As determinações foram acordadas em reunião entre os envolvidos no início do ano.

As duas decisões contrárias do Ingá no mesmo dia, levantaram especulações de que o governo estaria evitando desavenças com a prefeitura. No entanto, o assessor de imprensa do governador, Ernesto Marques, afirmou que não houve intervenção de Jaques Wagner para que o Ingá voltasse atrás e reafirmou o erro dos técnicos do instituto. Segundo ele, o prefeito e o governador estabeleceram uma parceria no que se refere às obras na cidade e estão trabalhando juntos em prol da sociedade.

Já o subsecretário de comunicação da prefeitura, Ipojuca Cabral, adiantou que as obras continuam e disse que o "Ingá certamente reconheceu que o caminho do diálogo é o melhor nesse momento". Segundo ele, a prefeitura entende que está realizando uma obra que não compromete o meio-ambiente.

Crea

Para ter certeza que o acordo firmado com a Sucop está sendo cumprido, o Ingá solicitou apoio técnico ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia (Crea), que emitirá laudo na próxima semana sobre o caráter, permanente ou não, das estruturas construídas.



Uma equipe do Crea-BA vai avaliar se estrutura de concreto é ou não permanente

“Ratos e outros insetos vão viver, se proliferar ali”

RENATO CUNHA,
Grupo Ambientalista da Bahia

das no canteiro central. A expectativa do Ingá é que na reunião entre a Casa Civil, Embasa e prefeitura e Ingá, prevista para o próximo dia 4, o laudo já esteja pronto. Por lei, o prazo de emissão do parecer técnico é de 30 dias, mas a assessoria informou que a equipe de engenheiros vai se

esforçar para entregar a análise até o final da próxima semana, e se possível, antes do encontro.

Crea

O presidente do Grupo Ambientalista da Bahia, Renato Cunha, apoia o embargo da obra até que o Ingá tivesse certeza de que as placas que tapam o Rio das Pedras são

removíveis e permitam a entrada de luz. Segundo ele, a obra não vai solucionar os problemas de inundações e muricocas no bairro do Imbuí. "Ratos e outros insetos vão viver e se proliferar ali dentro e vão sair pelos bueiros e por onde tiverem uma brecha. Tapar o rio não imuniza o problema ambiental e de saúde pública", continua.

Com as fortes chuvas que costumam cair em Salvador, Cunha acredita que a nascente do rio vai se tornar uma barragem, o que ocasionará inundações também na parte que está tapada. Para o ambientalista, a prefeitura precisa rever a estratégia de fechar os rios da cidade como forma de urbanização e investir na despoluição deles, o que iria melhorar a qualidade das praias de Salvador, diz.

Barracas

Embora a obra agrade a maioria dos moradores, as barracas ainda causam polêmica. No Imbuí há 22 anos a aposentada Maria Cristina Bassalo, confessa que o barulho que tanto tirava o sono, melhorou. "Com a proibição do estacionamento irregular e proibição de fila dupla reduziu bastante. Os carros não têm mais lugar para abrir a mala no último volume".

Mas parece que o problema irá ganhar nova versão. Na obra do canteiro central os cinco módulos abrigarão as 20 barracas que funcionam na rua Alberto Fiuza. A questão é que os módulos concentrarão os bares e restaurantes.

Portanto, moradores dos prédios localizados em frente temem que o que já está sendo chamado de 'Passarela do Alcool'. "Isso não podia existir. Os quiosques tinham que ser espalhados ao longo do canteiro e não um do lado do outro. Só mudaram o problema da Alberto Fiuza para a rua das Araras", disse Roque de Almeida Chaves, da Associação de Moradores de Condomínios do Imbuí.